


 Received: 24.11.2020
 Accepted: 08.03.2021

<http://doi.org/10.33239/rjtdh.v4.87>

1 Pós-doutoranda pela Universidade de Cardiff (2021), Doutora (2020) e Mestre (2016) pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Realizou período de doutorado sanduíche na Escola de Ciências Sociais da Cardiff University pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da CAPES. É membro do Laboratório de Estudos do Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TraMPos).

<http://orcid.org/0000-0002-6847-8436>

2 Pesquisador e Professor da Universidade de Cardiff, Reino Unido. PHD em Política Social pela Universidade de Bristol.

<http://orcid.org/0000-0003-1066-9181>

3 Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ. Mestra em Sociologia com especialização em Antropologia e Doutoranda em Antropologia, ambos pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA - UFRJ).

<http://orcid.org/0000-0002-0224-2973>

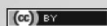
4 Professor de cursos livres da ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo. Mestrando em Direito Internacional Público. É coordenador-executivo do ProMigra - Projeto de Promoção dos Direitos de Migrantes e membro do GEPIM - Grupo de Estudos sobre Proteção Interacional de Minorias.

<http://orcid.org/0000-0003-4797-4446>

5 Professora da graduação e da pós-graduação da Faculdade de Direito do Sul de Minas e da Faculdade de Educação da UNICAMP. Pesquisadora e líder do Laboratório de Políticas Públicas e Direitos Fundamentais (LabDirF/FDSM). Pesquisadora e vice-líder do Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional - LaPPlanE da Faculdade de Educação.

<http://orcid.org/0000-0003-3759-4845>

6 Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Educação da UNICAMP. Professor de Direito Internacional Público da PUC-Campinas. Membro do Academic Advisory Group of the Global Center for Legal Innovation on Food Environments ("Global Center") do O'Neill Institute for National and Global Health Law (Georgetown University). Pesquisador da FAPESP. Projeto "Direito das migrações nos tribunais - a aplicação nova lei de migração brasileira diante da mobilidade humana internacional". Pesquisador do Projeto de pesquisa conjunto (Cardiff University e UNICAMP) "Examining poverty in a polarised and unequal society: the potential of the Consensual Approach to poverty research in Brazil" - UK Global Challenges Research Fund (GCRF).

<http://orcid.org/0000-0003-0684-4522>


This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

O que os brasileiros pensam ser necessário para que se tenha um padrão de vida digno em seu país? Estudo piloto na cidade de São Paulo

What Brazilian's think about the necessities of life and acceptable living standards: a pilot study in São Paulo city

Lo que piensan los brasileños sobre las necesidades de la vida y los niveles de vida aceptables: un estudio piloto en la ciudad de São Paulo

Flávia Uchôa de Oliveira¹

Shailen Nandy²

Gabriela Fraga Fernandez³

Victor Del Vecchio⁴

Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis⁵

Luis Renato Vedovato⁶

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados do estudo piloto, realizado na cidade de São Paulo, que teve por objetivo a formulação e a aplicação de um questionário voltado à compreensão da natureza e da extensão da pobreza multidimensional no Brasil, a partir da Abordagem Consensual. O questionário foi elaborado a partir de trabalho de campo desenvolvido anteriormente, com grupos focais para a discussão das percepções dos brasileiros sobre as necessidades básicas para um padrão de vida digno. A aplicação do questionário foram possibilitadas por uma ferramenta online, considerando o acesso virtual para manutenção das regras de distanciamento durante a pandemia. A amostra final inclui as respostas de 155 participantes em três bairros da capital paulista. Os resultados apresentam o que é socialmente percebido como necessidade para um padrão de vida digno, além de indicar o nível de privação encontrado nos três bairros, com destaque para o cenário de insegurança alimentar. Ainda, os resultados demonstram alternativas para medir a pobreza de forma democrática no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza Multidimensional; Abordagem Consensual; Necessidades Socialmente Percebidas; Privação; Insegurança Alimentar

ABSTRACT

This paper presents the results of a pilot study, carried out in the city of São Paulo, aiming at understanding the nature and extent of multidimensional poverty in Brazil, using the Consensual Approach. A survey was developed from previous fieldwork with focus groups that discussed the perceptions of Brazilians regarding the basic needs for a decent standard of living. An online tool made possible to run the survey while maintaining the social distancing rules during the pandemic. The final sample includes 155 respondents from three favelas in the city of São Paulo. The results present what is socially perceived as needs for a decent standard of living in Brazil. Also, they indicate the level of deprivation found in the three favelas, with emphasis on food insecurity. This pilot study and its results demonstrate alternative ways to democratically measure poverty in Brazil.

KEYWORDS: Multidimensional Poverty; Consensual Approach; Socially Perceived Needs; Deprivation; Food Insecurity

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de un estudio piloto, realizado en la ciudad de São Paulo, con el objetivo de comprender la naturaleza y el alcance de la pobreza multidimensional en Brasil, utilizando el Enfoque Consensual. Se desarrolló una encuesta a partir del trabajo de campo previo con grupos focales que discutieron las percepciones de los brasileños sobre las necesidades

básicas para un nivel de vida digno. Una herramienta online hizo posible realizar la encuesta manteniendo las reglas de distanciamiento social durante la pandemia. La muestra final incluye 155 encuestados de tres favelas de la ciudad de São Paulo. Los resultados presentan lo que se percibe socialmente como necesidades para un nivel de vida digno en Brasil. Asimismo, indican el nivel de privación que se encuentra en las tres favelas, con énfasis en la inseguridad alimentaria. Este estudio piloto y sus resultados demuestran formas alternativas de medir democráticamente la pobreza en Brasil.

PALABRAS CLAVE: Pobreza multidimensional; Enfoque consensual; Necesidades socialmente percibidas; Privación; Inseguridad alimentaria.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados do estudo piloto, realizado na cidade de São Paulo, que teve por objetivo a formulação e a aplicação de um questionário voltado à compreensão da natureza e da extensão da pobreza multidimensional no Brasil, a partir da Abordagem Consensual. O questionário foi desenvolvido a partir de trabalho de campo desenvolvido anteriormente, na cidade de Campinas, com grupos focais para a discussão das percepções e compreensões dos brasileiros sobre as necessidades básicas para um padrão de vida digno¹. Para além das percepções sobre necessidades básicas, as questões formuladas incluíram temas como segurança alimentar, condições de moradia, acesso a ou propriedade de bens e itens variados e, ainda, condição de trabalho dos participantes.

Cabe salientar que o projeto teve aprovação no Comitê de Ética (CAAE 35208820.5.0000.8142). Os dados aqui apresentados foram coletados durante a pandemia da COVID-19, ao longo de setembro de 2020, quando as regras de distanciamento físico limitaram a movimentação das pessoas nas cidades e alteraram suas rotinas. Dessa forma, a elaboração e a aplicação do questionário foram possibilitadas pela ferramenta online *KoBo Toolbox* – uma ferramenta para coleta de dados *online* –, considerando o acesso virtual, para manutenção das regras de distanciamento. A amostra final inclui as respostas de 155 participantes em três comunidades da capital paulista.

¹ GOMES, Janaína Dantas Germano *et al*, A pobreza numa sociedade polarizada e desigual diante da mobilidade e da pandemia, *in*: **Migrações Internacionais e a pandemia de COVID-19**, [s.l.]: NEPO/ Unicamp, 2020; GOMES, Janaína Dantas Germano *et al*, Pensando a Pobreza entre Crianças no Brasil: relatório de aplicação de grupos focais a partir da metodologia da Abordagem Consensual, **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 32, n. 1(57), 2020.



Antes de passarmos à apresentação e discussão dos dados, é necessário explicar que este estudo piloto é resultado da cooperação entre a Universidade de Cardiff e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com o financiamento do *Global Challenges Research Fund* (GCRF). Um dos produtos dessa cooperação foi o evento “*International Workshop on Multidimensional Poverty*”, que reuniu 19 pesquisadores da América Latina e do Reino Unido, realizado na cidade de Campinas, em janeiro de 2020. Após esse evento e com o início da pandemia, a equipe de pesquisadores da Unicamp foi chamada para auxiliar o Ministério Público do Trabalho (MPT) em diversas atividades realizadas nas comunidades de Brasilândia, Paraisópolis e Vila Vietnã.

A partir dessas atividades essenciais a essas comunidades em meio à crise sanitária, o MPT propôs o desenvolvimento de uma pesquisa que pudesse informar sobre a natureza e a extensão da pobreza multidimensional, na busca por atender os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos quais o Brasil é signatário. Tal pesquisa proporcionou uma oportunidade para operacionalizar em formato de questionário o uso da Abordagem Consensual para o estudo da pobreza no Brasil ².

1. Metodologia

A Abordagem Consensual é uma metodologia de pesquisa estabelecida e validada internacionalmente. É endossada, por exemplo, pelo grupo de especialistas em estatística sobre pobreza da Organização das Nações Unidas (ONU) – conhecido como “Grupo do Rio” – , no Compêndio de Melhores Práticas em Pesquisa sobre Pobreza, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³.

Nessa metodologia, os participantes são convidados a expor o que pensam ser as necessidades básicas para que se tenha um padrão de vida digno em seu país. Estabelecidas

² BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luis Renato; NANDY, Shailen (Orgs.), **Migrações Internacionais e a pandemia de COVID-19**, Campinas: NEPO/ Unicamp, 2020.

³ IBGE, **Compendium of best practices in poverty measurement**, Rio de Janeiro: Expert Group on Poverty Statistics (Rio Group), 2006.



essas necessidades básicas, o próximo passo é a identificação dos indivíduos e grupos que forçosamente não têm acesso a este padrão de vida digno. Isto é, indivíduos e grupos que não possuem recursos suficientes para alcançar ou manter esse padrão⁴.

Ao perguntar ao público o que eles consideram como necessidades básicas para um padrão de vida digno, essa metodologia se torna um meio efetivo de definir democraticamente o que é pobreza e o que deve ser considerado para sua mensuração. Em 2017, o Relatório intitulado “*Monitoring Global Poverty*” (Monitorando a Pobreza Mundial [tradução livre]), do Banco Mundial indicou que

[...] somente por meio de uma melhor representação e compreensão do que é pobreza – o que inclui compreender quem é pobre... e como se vivencia a pobreza – poderemos enfrentar os desafios para eliminá-la em todas as suas dimensões e reduzir as desigualdades, sem deixar ninguém para trás⁵.

Nesse mesmo Relatório, afirma-se que a pobreza é constituída “por muitas dimensões integradas, dentre as quais a falta de comida, saúde debilitada e doença; falta de acesso aos bens públicos; e falta de poder são julgados aspectos mais importantes que a pobreza monetária”⁶. Vale ressaltar que essa metodologia tem sido utilizada com sucesso ao redor do globo: em diversos países da União Europeia; na América Latina, recentemente utilizado no México e na Argentina; em países e territórios das Ilhas do Pacífico; e em diversos países em África como África do Sul, Uganda, e Benin⁷.

⁴ GORDON, David, *Measuring poverty: Breadline Britain in the 1990s*, in: **Breadline Britain in the 1990s**, Aldershot: Ashgate Publishing, 1997, p. 5–47; MACK, Joanna; LANSLEY, Stewart, **Poor Britain**, London ; Boston: G. Allen & Unwin, 1985; TOWNSEND, Peter, **The Concept of Poverty**, London: Heinemann, 1970; TOWNSEND, Peter, **Poverty in the United Kingdom**, Harmondsworth: Penguin Books Ltd, 1979.

⁵ ATKINSON, A., **Monitoring Global Poverty: Report of the Commission on Global Poverty**, [s.l.]: Washington, DC: World Bank, 2017.

⁶ ATKINSON, A., **Monitoring Global Poverty: Report of the Commission on Global Poverty**, [s.l.]: Washington, DC: World Bank, 2017.

⁷ ABE, Aya; PANTAZIS, Christina, *Comparing Public Perceptions of the Necessities of Life across Two Societies: Japan and the United Kingdom*, **Social Policy & Society**, v. 13, n. 1, p. 69–98, 2014; CATALÁN, Héctor E. Nájera; GORDON, David, *The Importance of Reliability and Construct Validity in Multidimensional Poverty Measurement: An Illustration Using the Multidimensional Poverty Index for Latin America (MPI-LA)*, **The Journal of Development Studies**, v. 56, n. 9, p. 1763–1783, 2020; GUIO, Anne-Catherine *et al*, *Improving the measurement of material deprivation at the European Union level*, **Journal of European Social Policy**, v. 26, n. 3, p. 219–333, 2016; LANAU, Alba; MACK, Joanna; NANDY, Shailen, *Including services in multidimensional poverty measurement for SDGs: modifications to the consensual approach*, **Journal of Poverty and Social Justice**,



Conforme mencionado, o questionário elaborado para este estudo piloto teve como base um estudo anterior, com oito grupos focais realizados na cidade de Campinas, em meados de 2019. Antes, portanto, do início da pandemia. Seguindo a Abordagem Consensual, nesses grupos focais, foi pedido aos participantes que discutissem o que compreendem sobre pobreza e que chegassem ao consenso, por meio de uma lista de itens e atividades (apresentada na Tabela 1), do que seria necessário para alcançar e manter um padrão de vida digno no Brasil de hoje. Os participantes puderam categorizar os itens e atividades da lista em três categorias: uma categoria das atividades e itens considerados como necessidades; outra para aqueles considerados desejáveis; e, uma terceira, para aqueles considerados não necessários.

Tabela 1. Lista de Itens e Atividades

1. Ter itens de higiene pessoal para tomar banho todos os dias (por exemplo, sabonete)
2. Poder colocar todas as crianças na escola
3. Ter acesso a água e eletricidade
4. Ter os recursos para usar o transporte público para o trabalho
5. Ter dois conjuntos de roupas
6. Ter mesas e camas em casa
7. Comer três refeições por dia
8. Ter moradia (própria ou alugada)
9. Comprar medicamentos quando necessário
10. Ter pelo menos dois pares de sapatos
11. Poder comer arroz / massa (carboidrato / amido) todos os dias
12. Ter dinheiro suficiente para consertar um vazamento no teto das salas principais
13. Pagar os custos da educação de todas as crianças (taxas, uniformes, livros, materiais)

p. (Early access), 2020; NOBLE, M.; RATCLIFFE, A.; WRIGHT, G., Conceptualizing, Defining and Measuring Poverty in South Africa - An Argument for a Consensual Approach, **Oxford: Centre for the Analysis of South African Social Policy**, 2004; POMATI, Marco; NANDY, Shailen, Measuring multidimensional poverty according to national definitions: operationalising target 1.2 of the sustainable development goals, **Social Indicators Research**, v. 148, p. 105–126, 2020; SAUNDERS, Peter, **Down and out: poverty and exclusion in Australia**, Bristol, U.K. ; Portland, OR: Policy Press, 2011; WRIGHT, Gemma; NOBLE, Michael, Does Widespread Lack Undermine the Socially Perceived Necessities Approach to Defining Poverty? Evidence from South Africa, **Journal of Social Policy**, v. 42, n. 1, p. 147–165, 2013.



14. Poder comer vegetais todos os dias
15. Ter um rádio ou televisão
16. Poder comer carne / frango / porco / peixe todos os dias
17. Poder comemorar em ocasiões especiais (por exemplo, aniversários de crianças)

Ainda, nos grupos focais, foi perguntado aos participantes se eles tinham acesso ou possuíam cada item e atividade da lista. Caso não possuíssem alguns dos itens ou não tivessem acesso às atividades, os participantes indicavam se não os tinham por falta de recursos, por escolha pessoal ou por qualquer outro motivo.

Cabe ressaltar que, na Abordagem Consensual, o consenso dá-se entorno dos itens e atividades percebidos como necessidades pela metade (ou mais) dos participantes do grupo focal. Essas necessidades são nomeadas de “Necessidades Socialmente Percebidas” – NSP (*Socially Perceived Necessities* – SPNs). Aqueles que indicam não ter acesso ou não possuir tais Necessidades porque não têm recursos suficientes para tê-las são identificados como privados forçosamente das NSP devido à falta de recursos. O número total de Necessidades das quais esses indivíduos são privados formam um índice de privação. Quanto maior o número nesse índice, maior o nível de privação. Esse índice também demonstra a multiplicidade de privações, o que, por sua vez, reflete a extensão da pobreza multidimensional⁸.

2. Apresentação de resultados e discussão

2.1. Descrição geral da amostra

Os resultados apresentados nas linhas a seguir buscam resumir os dados obtidos ao longo de Setembro de 2020, em três bairros de São Paulo: Brasilândia, Paraisópolis e Vila Vietnã. Esses três locais foram escolhidos tendo em vista a conveniência das atividades de caráter essencial promovidas pelo MPT durante a crise sanitária e a possibilidade de condução do estudo, respeitando o distanciamento físico, sem expor os participantes e as equipes de

⁸ NANDY, Shailen; GORDON, David, Policy relevant measurement of poverty in low, middle and high income countries, **Poverty and Inequality in Middle Income Countries. Policy Achievements, Political Obstacles**, 2015.



pesquisa. A coleta foi realizada ao longo de três semanas, por meio da ferramenta de acesso virtual, utilizando majoritariamente os computadores de entidades de apoio e, eventualmente, os celulares dos participantes. Buscaremos abordar em mais detalhes esse trabalho de campo em publicação posterior.

Sobre a escolha dos participantes, é necessário indicar que foram escolhidos por terem mais de 18 anos, serem moradores de uma das três comunidades mencionadas, e estarem engajados nas atividades realizadas pelo MPT. A amostra total foi de 155 participantes, sendo 34% moradores da Brasilândia, 34% moradores de Paraisópolis e 32% moradores da Vila Vietnã. Os participantes eram em sua maioria mulheres, 65% da amostra total. Em relação à raça e cor, utilizando o padrão de autodeclaração do IBGE, 65% dos participantes são pardos e pretos, 31% brancos, 4% amarelos e indígenas. Sobre a idade dos participantes, a maioria tem entre 20 e 39 anos, o que corresponde a 67% do total da amostra.

Ainda, 9% dos participantes têm de 18 a 20 anos, outros 9% tem mais de 50 anos e 2% não responderam a essa questão. Ao examinar o nível de escolaridade dos participantes, 40% tem o Ensino Médio completo, 14% tem o Ensino Médio incompleto, 13% tem o Ensino Fundamental incompleto, 12% tem o Ensino Superior completo, 9% tem o Ensino Superior incompleto, 8% tem Ensino Fundamental completo, 1% tem Pós-graduação e 2% não tem nenhum nível de escolaridade. Estabelecido esse panorama da amostra, passamos nas linhas abaixo a discorrer sobre os principais resultados encontrados, em especial, aqueles ligados às NSP e à privação forçada. Vejamos.

2.2. As Necessidades Socialmente Percebidas (NSP)

Tabela 2. Percepção das Necessidades

Itens e atividades	Percepção dos participantes (%)			Consenso sobre os itens considerados necessários por bairro, gênero e entre pobres e não pobres (%)						
	Desejável	Não necessário	Necessário	Brasilândia	Paraisópolis	Vila Vietnã	Feminino	Masculino	Pobres	Não Pobres
1. Ter itens de higiene pessoal para tomar banho todos os dias (por	1	0	99	100	100	98	99	100	99	100



exemplo, sabonete)										
2. Ser capaz de colocar todas as crianças na escola	2	2	96	90	100	100	97	93	96	96
3. Ter acesso a água e eletricidade	3	1	96	96	100	92	98	93	93	100
4. Ter os recursos para usar o transporte público para o trabalho	5	1	94	96	100	90	96	91	92	98
5. Ter dois conjuntos de roupas	9	0	91	81	98	98	90%	93	89	94
6. Ter mesas e camas em casa	8	2	89	85	94	92	91	86	86	94
7. Comer três refeições por dia	11	0	89	92	90	84	93	80	89	89
8. Ter moradia (própria ou alugada)	12	1	87	85	96	80	86	88	84	89
9. Compre medicamentos quando necessário	12	2	86	82	100	80	85	89	80	93
10. Ter pelo menos dois pares de sapatos	15	0	85	75	85	96	85	86	83	88
11. Ser capaz de comer arroz / massa (carboidrato / amido) todos os dias	16	0	84	88	88	84	85	84	80	89
12. Ter dinheiro suficiente para consertar um vazamento no teto das salas principais	19	2	79	77	90	80	80	79	76	83
13. Ser capaz de pagar os custos da educação de todas as	19	3	78	69	85	82	79	75	81	74



crianças (taxas, uniformes, livros, materiais)										
14. Poder comer vegetais todos os dias	18	4	77	87	71	82	79	73	78	76
15. Ter um rádio ou televisão	20	4	76	75	59	94	79	69	85	66
16. Ser capaz de comer carne / frango / porco / peixe todos os dias	25	4	71	75	71	80	70	70	72	69
17. Ser capaz de comemorar em ocasiões especiais (por exemplo, aniversários de crianças)	38	12	50	47	35	80	54	45	65	33

Na Tabela 2, apresenta-se um panorama das NSP, isto é, os itens e atividades que para mais da metade dos participantes são considerados essenciais para alcançar e manter um padrão de vida digno no Brasil de hoje. Para cada item da lista, são apresentados os percentuais dos participantes que os classificaram como Desejáveis, como Não Necessários, e como Necessidades. Cabe assinalar que a diferença entre “Necessidade” e “Desejável” é importante, já que os participantes devem indicar aquilo que é imprescindível para um padrão de vida digno (Necessidade) e aquilo que seria em algum nível importante, porém prescindível (Desejável). Nessa tabela, também é possível observar os percentuais por bairro, por gênero e por status socioeconômico, considerados pobres e não pobres, de acordo com a identificação dos indivíduos forçosamente em maior e menor privação.

Para facilitar a interpretação da Tabela, os percentuais estão coloridos como um mapa de calor: os percentuais mais próximos de 100 estão coloridos em tons de vermelho; em tons de laranja e amarelo aparecem os percentuais abaixo de 95%; em tons de verde estão os percentuais de 50% para baixo. Considerando a totalidade da amostra e a quantidade de itens em vermelho, laranja e amarelo, é possível indicar que a maioria dos itens listados são



considerados como NSP. Os percentuais entre os itens quando recortados por local, gênero e status econômico, de maneira geral, indicam que mais de $\frac{3}{4}$ dos participantes consideram quinze dos dezessete itens listados como Necessidade. Ainda, é possível observar as diferenças entre os bairros daquilo que é considerado como Necessidade. Por exemplo, o item “Ter um Rádio ou Televisão” é considerado uma Necessidade para 94% dos participantes da Vila Vietnã, enquanto que na Brasilândia esse percentual diminui para 75%, chegando a 59% em Paraisópolis. De forma geral, na Vila Vietnã, quando colocada em perspectiva com os outros dois bairros, os participantes tendem a perceber mais itens como necessidades.

As diferenças percentuais entre os gêneros, apesar de não se mostrarem tão marcadas, trazem alguns pontos de distinção. Por exemplo, o item “Comer três refeições por dia” é considerado Necessidade para 93% das mulheres, o que está treze pontos acima do percentual de homens que consideram esse item como Necessidade. Outro ponto que merece observação é a diferença de percentuais entre pobres e não pobres em diversos itens. Por exemplo, o item “Ter mesas e camas em casa” aparece como Necessidade para 94% dos pobres e para 86% dos não pobres. Já o item “Ter um Rádio ou Televisão” é considerado Necessidade para 86% dos não pobres e para 66% dos pobres. Para 65% dos não pobres, “Ser capaz de comemorar em ocasiões especiais” é um item percebido como Necessidade, enquanto que para apenas 33% dos pobres esse item seria imprescindível.

Diferenças percentuais entre pobres e não pobres mostram-se similares em países em desenvolvimento. Nesses contextos, os indivíduos considerados pobres tendem a identificar mais itens como Necessidades se comparados com os indivíduos não pobres. Isso desafia o pressuposto de uma “preferência adaptativa”, no qual os pobres ajustam para baixo suas expectativas em relação ao que é um padrão digno de vida, o que acabaria por afetar a compreensão “social” do que seria um padrão de vida decente. Como pode ser observado, essa “preferência adaptativa” é observada de maneira sutil se compararmos pobre e não pobres, algo que foge ao padrão encontrado em países em desenvolvimento. No entanto, é preciso cautela para que verificar ou confirmar essa tendência já que considerando apenas a localização, no bairro com maior nível de privação (como veremos mais à frente), a Vila Vietnã, os participantes tendem a considerar mais itens como necessidades. Faz-se necessária a



realização de uma pesquisa com amostra mais representativa para que esse aspecto possa ser melhor analisado.

2.3. Privação

Verificado o consenso entre a maioria dos participantes sobre os itens e atividades consideradas como Necessidades, é possível verificar também a porcentagem da amostra que está forçosamente privada das Necessidades Socialmente Percebidas. Ou seja, é possível identificar o percentual de participantes que não conseguem ter acesso a determinados itens por não terem recursos. A Tabela 3 apresenta o percentual de participantes que dizem ter (Sim) ou não ter acesso a esses itens (Não).

Nessa Tabela, é possível também observar o percentual dos participantes que respondem não ter acesso a esses itens por não os desejar, por não ter recursos financeiros ou por outra razão. Mais uma vez, para facilitar a interpretação da Tabela, esses percentuais estão coloridos como um mapa de calor. Os percentuais mais altos em relação a privação forçada – isto é, os percentuais de participantes que dizem não ter acesso ao item por falta de recursos – são apresentados em tons de vermelho. Em verde, são apresentados os menores percentuais de privação forçada.

Tabela 3. Privação forçada das Necessidades Socialmente Percebidas

Itens e atividades	Percentual de respostas dos participantes				Percentual de participantes que indicam não poderem pagar pelo item ou atividade por bairro, gênero e entre pobres e não pobres						
	Sim	Não, porque não quero	Não, por outro motivo	Não, porque não posso pagar	Brasilândia	Paraisópolis	Vila Vietnã	Feminino	Masculino	Pobres	Não Pobres
1. Pagar os custos da educação de todas as crianças (taxas, uniformes,	22	0	5	73	81	39	100	77	65	86	53



livros, materiais)											
2. Consertar um vazamento no teto das salas principais	27	0	2	71	75	35	100	78	55	93	45
3. Comemorar em ocasiões especiais (por exemplo, aniversários de crianças)	21	8	5	66	69	40	96	71	54	87	41
4. Comer carne / frango / porco / peixe todos os dias	37	6	1	56	65	17	94	63	39	84	23
5. Comprar medicamentos quando necessário	39	2	4	55	67	14	98	62	41	80	25
6. Comer vegetais todos os dias	38	7	2	53	65	14	94	59	39	82	19
7. Ter recursos para usar o transporte público para o trabalho	63	0	2	36	44	12	62	43	20	57	11
8. Comer arroz / massa (carboidrato / amido) todos os dias	65	1	2	32	42	10	54	34	27	52	10
9. Comer três refeições por dia	72	4	3	22	37	4	28	25	14	37	4
10. Colocar todas as crianças na escola	78	0	2	20	37	4	14	24	10	25	13
11. Ter mesas e camas em casa	80	1	1	18	25	2	28	17	20	31	4
12. Ter pelo menos dois pares de sapatos	82	0	1	17	41	2	10	21	11	28	5
13. Ter itens de higiene pessoal para tomar banho	87	0	0	14	18	0	25	17	7	21	5



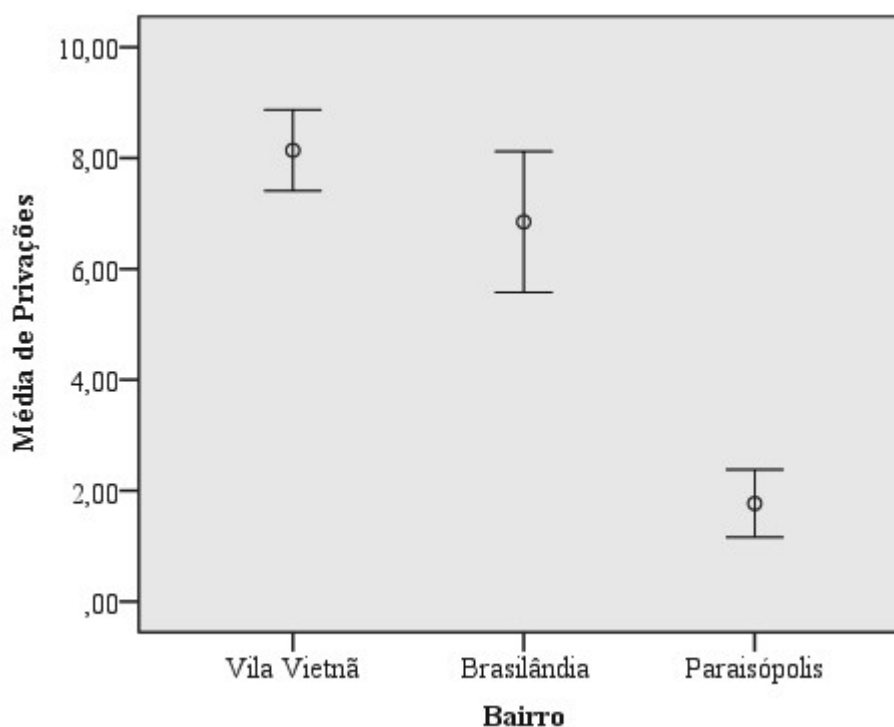
todos os dias (por exemplo, sabonete)											
14. Ter um rádio ou televisão	87	1	0	13	16	6	20	12	14	22	2
15. Ter dois conjuntos de roupas	88	0	0	12	29	0	10	16	5	21	2
16. Ter acesso a água e eletricidade	91	0	0	9	14	0	14	10	7	16	1

Na Tabela 3, merece destaque que mais de 50% dos participantes indiquem não conseguir comer proteína animal nem vegetais todos os dias por não terem recurso para isso, enquanto que, para mais de 60%, carboidratos são consumidos diariamente. Esses dados apontam para um cenário de insegurança alimentar e junta-se à impossibilidade de 55% dos participantes não conseguirem comprar medicamentos quando necessário, o que denota impactos na saúde e no acesso a tratamentos de saúde. Ainda, custos de educação, custos com reparos na moradia e atividades de socialização (celebrar aniversário, por exemplo) são os itens de maior privação forçada para a maioria dos participantes.

Por outro lado, acesso à água e à eletricidade é limitado ou impossibilitado para apenas 9% dos participantes. Vestimentas, eletrônicos, higiene pessoal, transporte público e acesso à educação básica também surgem como itens de menor privação. Cabe ressaltar que 37% dos pobres indicam não consumir três refeições diárias, enquanto que isso é indicado por apenas 4% dos não pobres. A diferença entre gênero nesse item também merece destaque, 24% das mulheres indicaram não consumir três refeições diárias, o que foi respondido por apenas 14% dos homens. Adicionalmente, nessa Tabela, as disparidades entre bairros tornam-se evidentes, indicando alta privação forçada especialmente na Vila Vietnã e na Brasilândia.

Se usarmos a média de privações forçadas para comparar os bairros, fica evidente que Vila Vietnã e Brasilândia são “mais pobres” que Paraisópolis, como apresentado na Figura 1. Paraisópolis, por sua vez, é o bairro com menor número de privações forçadas. Examinar as diferenças entre bairros e zonas das cidades torna-se uma possibilidade que também demanda uma amostra mais representativa em pesquisa futura.



Figura 1. Média de privações forçadas por bairro

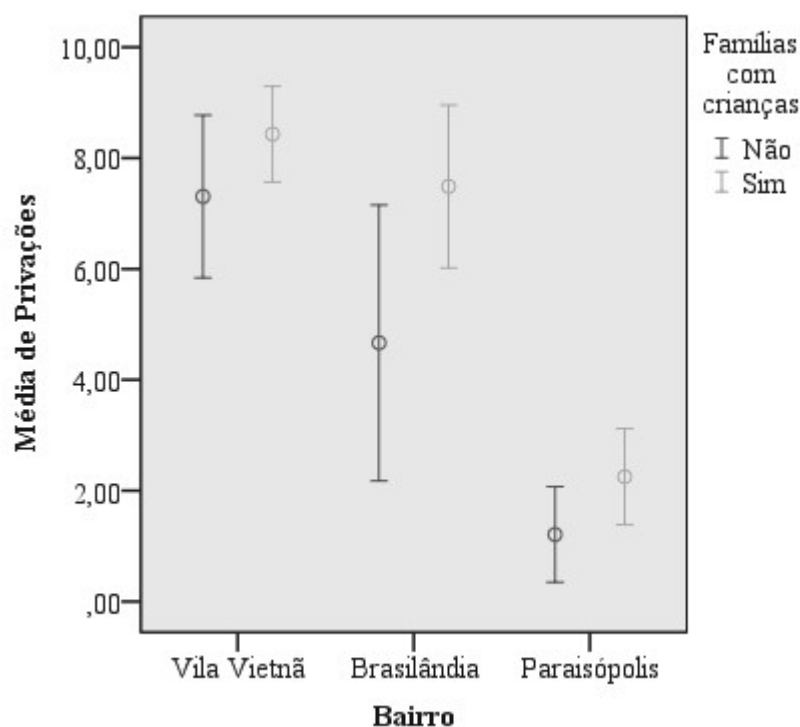
Fonte: Elaboração própria

Em diferentes contextos, estudos demonstram que há certos tipos de famílias mais vulneráveis à pobreza. Sabe-se que famílias com crianças são particularmente vulneráveis. Uma alta proporção de crianças por adultos nessas famílias significa uma maior taxa de dependência e menor taxa de trabalhadores em potencial⁹. Os dados coletados neste estudo piloto confirmam a maior vulnerabilidade à pobreza das famílias com crianças nos três bairros estudados. A média de privações forçadas é maior em famílias com crianças do que entre famílias sem crianças. Tal padrão é esperado também em uma pesquisa com amostra mais representativa. Para aqueles que formulam políticas públicas, evidências como essa reforçam a necessidade de assegurar que famílias com crianças sejam o foco de programas sociais e de transferência de renda como, por exemplo, tem sido no Bolsa Família.

⁹ NANDY, Shailen; MAIN, Gill, Mobilizing critical research for preventing and eradicating poverty, **CROP**, p. 4, 2015.



Figura 2. Média de privações forçadas por famílias com e sem crianças



Fonte: Elaboração própria

Emprego e trabalho são meios de proteção contra a pobreza, contudo, não são garantias dessa proteção¹⁰. Muitos empregos não pagam o suficiente para que os indivíduos estejam efetivamente protegidos. Estudos sobre pobreza demonstram que indivíduos pobres estão empregados ou trabalham em mais de uma atividade¹¹. Sabe-se também que as condições de trabalho para os pobres tendem a ser mais instáveis e incertas, o que é confirmado pela amostra aqui apresentada, particularmente, se considerarmos o aprofundamento da crise do emprego e do trabalho durante a pandemia. No Brasil, a taxa de

¹⁰ ABRAMO, Laís, **Uma década de promoção do trabalho decento no brasil**: uma estratégia baseada no diálogo social, Genebra: OIT, 2015; RODGERS, Gerry, El trabajo decente como una meta para la economía global, **Boletín Cinterfor**, v. 153, p. 20, 2002; STANDING, Guy, De las Encuestas sobre la Seguridad de las Personas al índice de trabajo decente, **Revista Internacional del Trabajo**, v. 121, n. 4, p. 487–501, 2002.

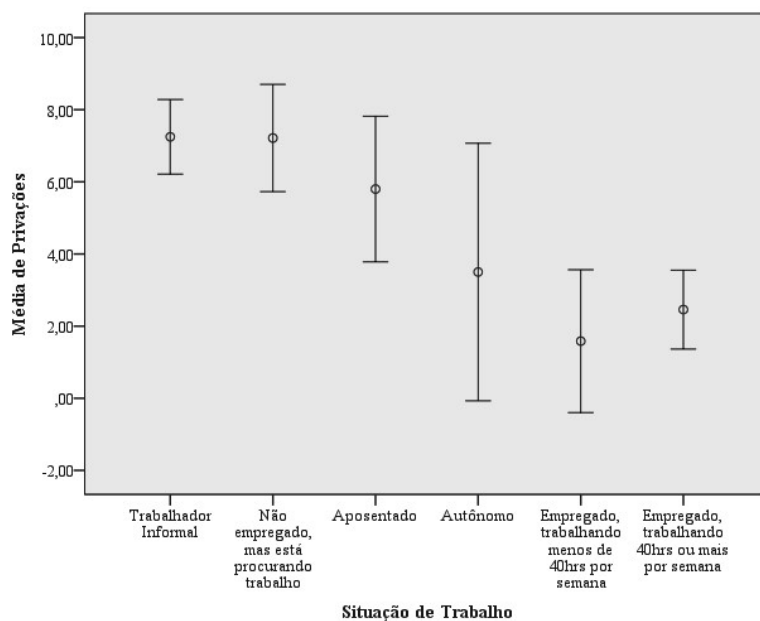
¹¹ POMATI, Marco; NANDY, Shailen, Measuring multidimensional poverty according to national definitions: operationalising target 1.2 of the sustainable development goals, **Social Indicators Research**, v. 148, p. 105–126, 2020.



desemprego atingiu 14,4% em agosto, sendo essa a maior das taxas registradas na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), iniciada no ano de 2012¹².

Na Figura 3, é possível observar que a maior média de privação forçada está entre os trabalhadores informais, seguidos pelos desempregados e pelos aposentados. Por essa Figura, é possível indicar que os trabalhadores em condições desreguladas de trabalho, postos na informalidade, tem uma média de privação forçada das NSP similar a dos desempregados. Ao mesmo tempo, os trabalhadores informais estão próximos do nível de privação encontrado entre os aposentados. O que indica que a seguridade social, ao menos nessa amostra, não protege os indivíduos da privação forçada. É possível observar ainda que os trabalhadores empregados com mais ou menos 40 horas de trabalho por semana, seguidos pelos trabalhadores autônomos, têm as menores médias de privação forçada das NSP.

Figura 3. Média de privações forçadas por situação de trabalho



Fonte: Elaboração própria.

¹² IBGE, **Desemprego chega a 14,4% no trimestre encerrado em agosto**, Agência de Notícias - IBGE, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29321-desemprego-chega-a-14-4-no-trimestre-encerrado-em-agosto>. Acesso em: 6 nov. 2020.



A partir desses primeiros resultados, observa-se que determinados grupos vivenciam maior privação forçada das NSP. No entanto, faz-se necessário discutir com mais profundidade como, na Abordagem Consensual, é possível estabelecer um patamar que distingue “pobres” de “não pobres”, especialmente, considerando a amostra deste estudo piloto em três bairros pobres da cidade de São Paulo. Nesses bairros, os participantes podem ser considerados relativamente “pobres” se comparados com a população brasileira em geral. Nesse sentido, estabelecer um patamar do que constitui pobreza nesta amostra tornou-se um desafio.

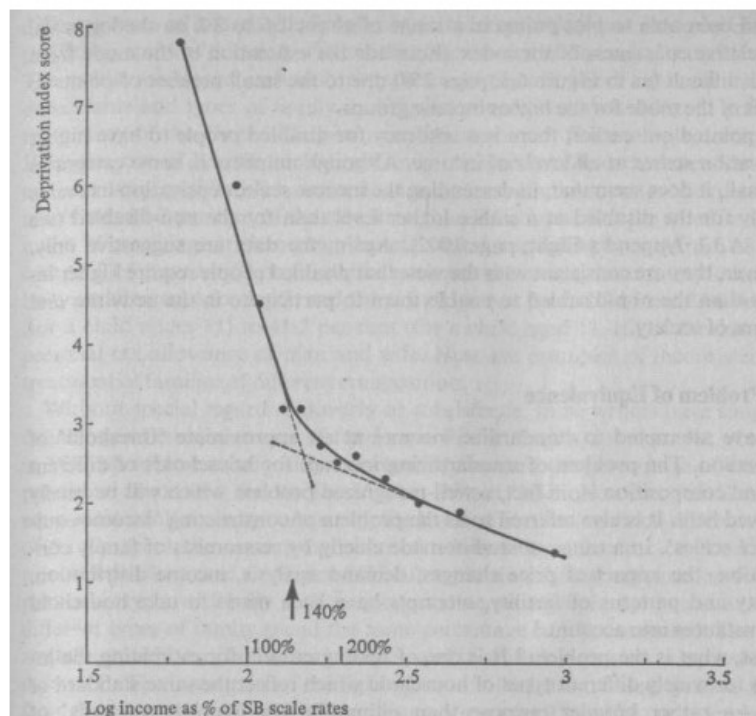
2.4. Quantas privações constituem “pobreza”?

A maneira mais usual para estabelecer um patamar do que constitui pobreza é verificar em que nível de acesso a recursos (renda e outros bens materiais) há o crescimento da experiência de privação forçada. O que se pressupõe é que, por exemplo, famílias com renda suficiente e com acesso a outros bens materiais estariam protegidas da privação forçada. Se essa renda é (ou se torna) insuficiente e não há acesso a outros bens materiais, as famílias passam a vivenciar mais e mais privações. Estudiosos, como Peter Townsend, demonstram que abaixo de determinado nível de acesso a recursos, a experiência de privação aumenta drasticamente, e a partir desse nível seria possível estabelecer cientificamente uma linha da pobreza¹³. O que quer dizer que acima dessa linha os indivíduos estariam protegidos de privações, porém, se abaixo dela, a vulnerabilidade desses indivíduos à privação aumentaria exponencialmente. A Figura 4 ilustra esse argumento.

¹³ TOWNSEND, Peter, **The Concept of Poverty**, London: Heinemann, 1970; TOWNSEND, Peter, **Poverty in the United Kingdom**, Harmondsworth: Penguin Books Ltd, 1979.



OLIVEIRA, Flávia U. de; NANDY, Shailen; FERNANDEZ, Gabriela F.; VECCHIO, Victor Del; ASSIS, Ana Elisa S. Q.; VEDOVATO, Luís Renato. O que os brasileiros pensam ser necessário para que se tenha um padrão de vida digno em seu país? Estudo piloto na cidade de São Paulo. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, v. 4, p. 1-27, 2021.

Figura 4. Privação por Renda, na perspectiva de Peter Townsend

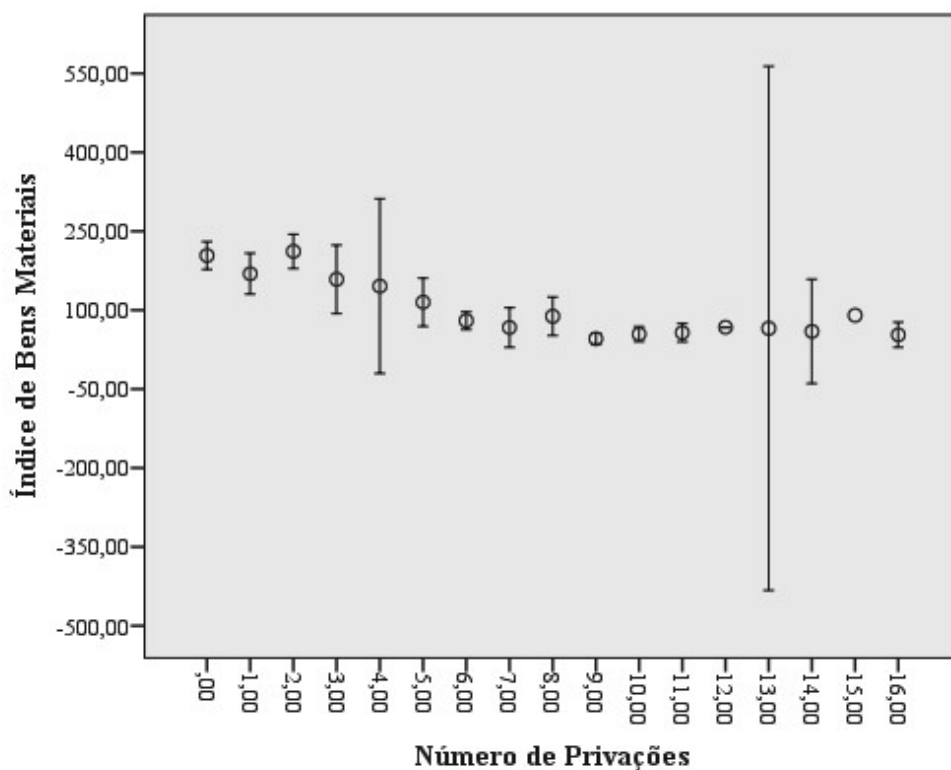
Fonte: Townsend, 1979, p. 261

Na amostra aqui analisada, é possível observar um padrão entre o índice de bens materiais, no qual quanto maior a pontuação, maior o acesso a recursos materiais, e o índice de privação, no qual quanto menor a pontuação, menor o nível de privação. Essa relação está ilustrada na Figura 5. Os participantes com maior pontuação no índice de bens materiais reportam menor nível de privação forçada, o que está em consonância com o modelo de Townsend.

Em uma inspeção geral dos dados, encontra-se um ponto de inflexão entre 5 e 6 privações, no qual pequenas diferenças no índice de bens materiais se traduzem em um significativo número de privações.



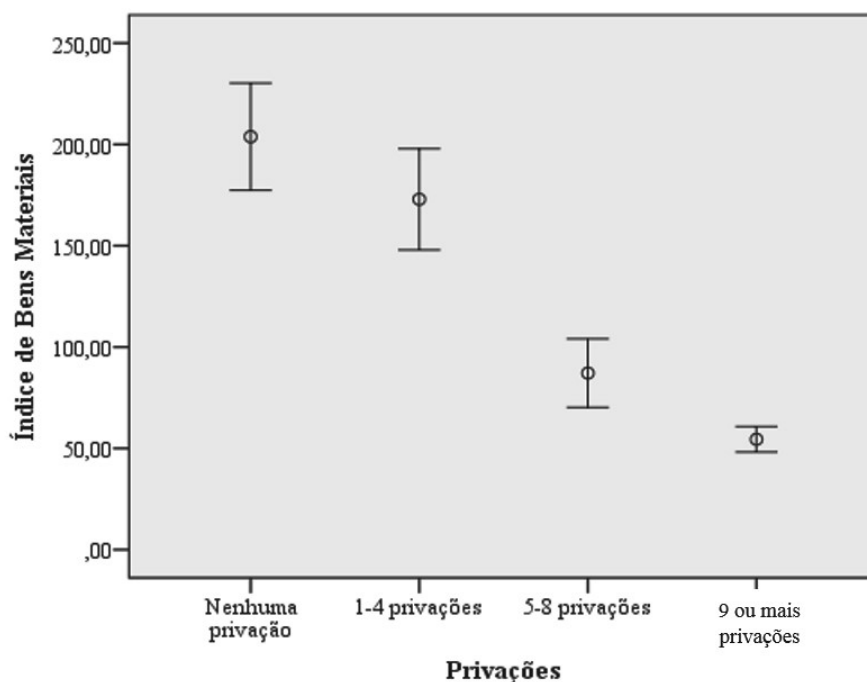
Figura 5. Média do índice de bens materiais por número de privações



Fonte: Elaboração própria.

Reagrupando os dados da amostra nas categorias apresentadas na Figura 6, é possível visualizar essas diferenças com maior nitidez. Os participantes dos dois últimos grupos, aqueles com cinco ou mais privações forçadas, possuem os menores números no índice de bens materiais. Dessa forma, uma maneira de estabelecer uma linha da pobreza pode estar na distinção entre os dois primeiros grupos, aqueles indivíduos com até quatro privações forçadas, e os dois últimos grupos, aqueles indivíduos com cinco ou mais privações forçadas. Nesse estudo piloto, uma linha de pobreza estaria posta a partir do grupo que vivencia cinco ou mais privações forçadas.



Figura 6. Índice de bens materiais por agrupamentos de número de privação forçadas

Fonte: Elaboração própria.

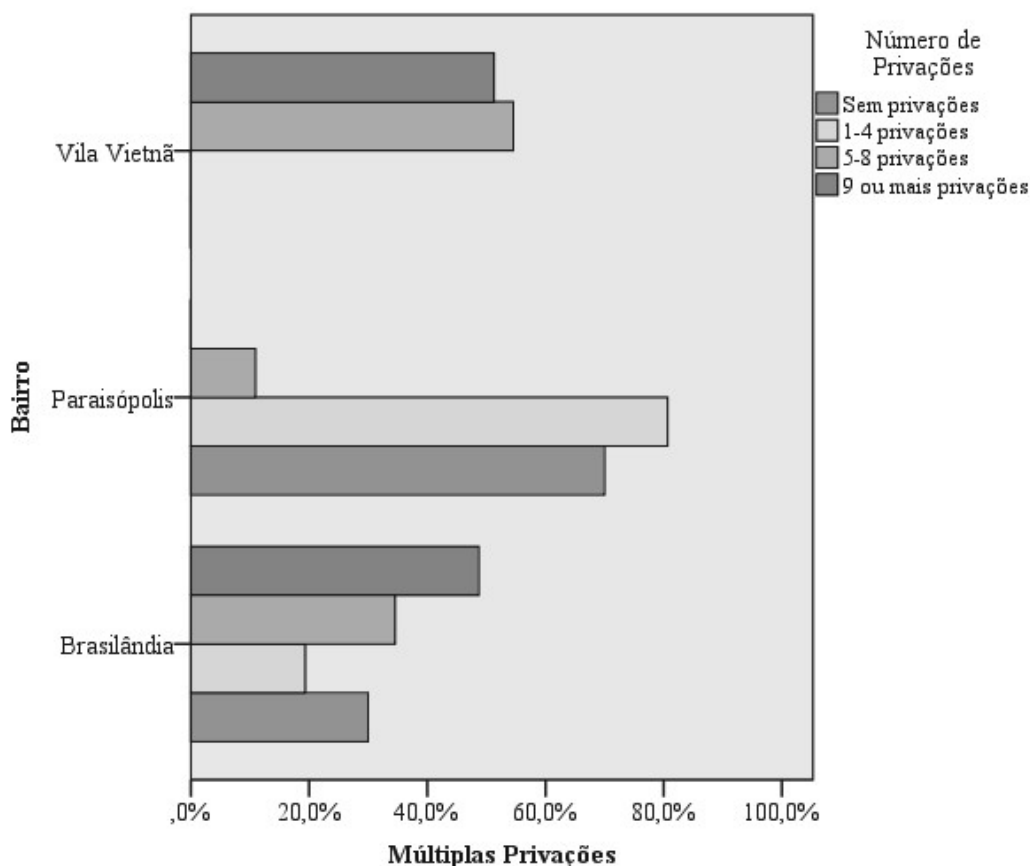
A Figura 7 ilustra estimativa das taxas de pobreza multidimensional nos três bairros estudados, considerando as múltiplas privações nessas localidades. Mais uma vez, é preciso levar em consideração que nessa amostra a distinção entre pobres e não pobres é problemática. Tendo isso em vista, é possível verificar que as diferenças entre os bairros são acentuadas. A Vila Vietnã possui o maior percentual de múltiplas privações, com todos os seus respondentes indicando que experenciam cinco ou mais privações forçadas. Lá, mais de 40% dos participantes experenciam 9 ou mais privações forçadas, como ilustrado na barra vermelha. Em contraste, em Paraisópolis mais de 60% dos participantes indicou não experenciar nenhuma privação (barra na cor verde).

Este tipo de análise será possível com diferentes grupos populacionais, buscando destacar quais deles estariam mais vulneráveis à pobreza. O que este apanhado de dados indica, sobretudo, é a possibilidade de estabelecer mensurações da pobreza de maneira



democrática no Brasil, o que, por sua vez, mostra a possibilidade de acompanhar o progresso do país de acordo com o que é requerido nos ODS (ONU).

Figura 7. Percentual de múltiplas privações por bairro



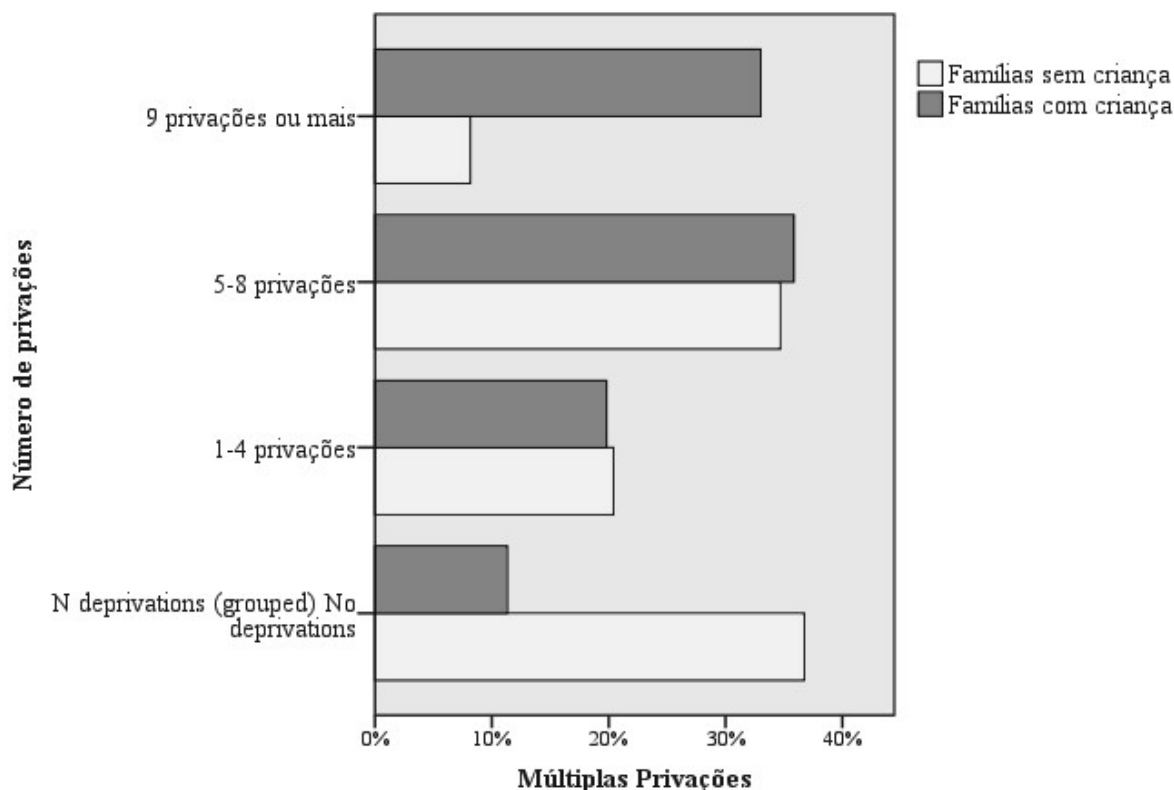
Fonte: Elaboração própria.

Como já mencionado, famílias com crianças são mais suscetíveis à pobreza do que aquelas sem crianças. Tal disparidade é apresentada com mais detalhes na Figura 8. Dentre as famílias sem crianças, a proporção de participantes que não vivenciam nenhuma privação é de mais de 35%, como ilustrado na barra de cor amarela. As famílias com crianças que não vivenciam nenhuma privação, por sua vez, é de apenas 12%. O percentual de famílias sem crianças que vivenciam mais de 9 privações – algo que indica extrema pobreza –, é de 8%. Já



nas famílias com crianças, 31% delas vivencia mais de 9 privações, o que demonstra um significativo aprofundamento da pobreza para esse grupo.

Figura 8. Percentual de múltiplas privações por famílias com e sem crianças



Fonte: Elaboração própria.

Para além da discussão sobre as NSP, das privações forçadas e do estabelecimento de uma linha de pobreza na amostra estudada, outro aspecto merece discussão pormenorizada dada sua gravidade neste estudo: a Insegurança Alimentar.



2.5. Insegurança Alimentar

A Insegurança Alimentar (IA) é uma problemática reconhecida em todo o mundo, sendo mais duramente vivenciada pelos pobres. Essa terminologia significa tanto a falta de acesso à comida, quanto a falta de acesso à comida saudável e de qualidade¹⁴. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) – agência especializada do Sistema ONU que trabalha no combate à fome e à pobreza por meio da melhoria da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola – desenvolveu a Escala de Vivência da Insegurança Alimentar (FIES - *Food Insecurity Experience Scale*) que mensura o acesso à comida de famílias e indivíduos¹⁵. Essa Escala mede a severidade da Insegurança Alimentar por meio das respostas dadas a questões sobre a acesso à comida suficiente e de qualidade.

Na Tabela 4, os resultados da amostra aqui estudada são apresentados por bairro, por gênero e por famílias com e sem crianças. Mais uma vez, a tabela é apresentada como um mapa de calor, em que as células coloridas em tons de vermelho demonstram a gravidade do problema. Famílias com crianças e mulheres reportaram vivenciar Insegurança Alimentar, o que indica que esses grupos estão mais sujeitos à fome e aos impactos na saúde da privação forçada de comida saudável e de qualidade. Aqui, voltamos a destacar essa Insegurança a partir de outro dado apresentado mais acima, na Tabela 3. Como mencionado, metade dos participantes da amostra indicam não conseguir comer proteína animal nem vegetais regularmente. Esse cenário ilustra a Insegurança Alimentar, principalmente, na impossibilidade de acesso à comida *in natura*, o que impacta na prevalência da obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis associadas à dieta rica em processados e ultraprocessados¹⁶.

¹⁴ SMITH, Michael D.; KASSA, Woubet; WINTERS, Paul, Assessing food insecurity in Latin America and the Caribbean using FAO's Food Insecurity Experience Scale, **Food Policy**, v. 71, p. 48–61, 2017.

¹⁵ CAFIERO, Carlo; VIVIANI, Sara; NORD, Mark, Food security measurement in a global context: The Food Insecurity Experience Scale, **Measurement**, v. 116, p. 146–152, 2018.

¹⁶ MINISTÉRIO DA SAÚDE, Guia alimentar para a população brasileira, n. 2, p. 158, 2014.



Tabela 4. Insegurança Alimentar

No último mês, o entrevistado...	Insegurança Alimentar por bairro, por gênero e por famílias com e sem criança (%)						
	Brasilândia	Paraisópolis	Vila Vietnã	Feminino	Masculino	Sem criança	Com criança
...estava preocupado por não ter comida suficiente por falta de dinheiro ou outros meios	70	31	100	72	51	48	75
...não conseguiu ter uma alimentação saudável e nutritiva por falta de dinheiro ou outros meios	69	24	100	69	46	48	70
...comeu apenas alguns tipos de alimentos por falta de dinheiro ou outros meios	75	31	100	76	48	51	76
...parou de comer, porque não havia dinheiro ou outro meio de obter alimentos	54	12	100	64	38	39	65
...comeu menos do que pensava que deveria, por falta de dinheiro ou outros meios	65	20	100	69	41	44	70
...ficou sem comida em sua casa por falta de dinheiro ou outros meios	54	8	100	59	35	34	60
...sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro ou outro meio de obter alimentos	46	14	100	59	38	39	59
...ficou um dia inteiro sem comer por falta de dinheiro ou outros meios	46	8	98	55	33	33	56

Conclusões

Apesar de não se fundamentarem em uma amostra representativa e da excepcionalidade em que esses dados foram produzidos em plena crise sanitária, as análises iniciais apresentadas aqui permitem afirmar que o questionário aplicado é uma possibilidade científica e democrática para a mensuração da pobreza multidimensional no Brasil.

Apesar de ser um passo inicial, este estudo demonstra nítido consenso entre os participantes nos três bairros sobre quais os itens e atividades necessários para que se alcance e se mantenha um padrão de vida digno no Brasil. Essas necessidades não são apenas



materiais, mas também estão relacionadas ao acesso a atividades e costumes sociais, o que reforça a importância da criação e inclusão dos indivíduos nos espaços de interação social e simbólica.

Como ilustrado nas figuras e tabelas, as privações forçadas são reportadas em todos os bairros estudados, o que já era esperado tendo em vista que os três locais são considerados bairros pobres da capital paulista. Apesar do limitado número da amostra, este estudo confirmou aspectos importantes estabelecidos em outros estudos, como a maior vulnerabilidade de determinados grupos – famílias com crianças e mulheres, principalmente – a múltiplas experiências de privação forçada.

Esses achados iniciais apontam que a Abordagem Consensual é uma ferramenta importante para os formuladores de políticas públicas no que diz respeito ao desenho das políticas, e também para outros atores sociais interessados na relação entre os direitos sociais e econômicos previstos na Constituição brasileira e a satisfação das necessidades básicas para um padrão de vida digno no país. Nesse sentido, a Abordagem Consensual permite que se vá além da descrição da pobreza, apontando o que deve ser feito para superá-la¹⁷.

Referências

ABE, Aya; PANTAZIS, Christina, Comparing Public Perceptions of the Necessities of Life across Two Societies: Japan and the United Kingdom, **Social Policy & Society**, v. 13, n. 1, p. 69–98, 2014.

ABRAMO, Laís, **Uma década de promoção do trabalho decento no brasil: uma estratégia baseada no diálogo social**, Genebra: OIT, 2015.

BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luis Renato; NANDY, Shailen (Orgs.), **Migrações Internacionais e a pandemia de COVID-19**, Campinas: NEPO/ Unicamp, 2020.

CAFIERO, Carlo; VIVIANI, Sara; NORD, Mark, Food security measurement in a global context: The Food Insecurity Experience Scale, **Measurement**, v. 116, p. 146–152, 2018.

CATALÁN, Héctor E. Nájera; GORDON, David, The Importance of Reliability and Construct Validity in Multidimensional Poverty Measurement: An Illustration Using the Multidimensional Poverty Index for Latin America (MPI-LA), **The Journal of Development Studies**, v. 56, n. 9, p. 1763–1783, 2020.

¹⁷ NANDY, Shailen; MAIN, Gill, Mobilizing critical research for preventing and eradicating poverty, **CROP**, p. 4, 2015.



GOMES, Janaína Dantas Germano *et al*, A pobreza numa sociedade polarizada e desigual diante da mobilidade e da pandemia, *in*: **Migrações Internacionais e a pandemia de COVID-19**, [s.l.]: NEPO/Unicamp, 2020.

GOMES, Janaína Dantas Germano *et al*, Pensando a Pobreza entre Crianças no Brasil: relatório de aplicação de grupos focais a partir da metodologia da Abordagem Consensual, **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 32, n. 1(57), 2020.

GORDON, David, Measuring poverty: Breadline Britain in the 1990s, *in*: **Breadline Britain in the 1990s**, Aldershot: Ashgate Publishing, 1997, p. 5–47.

GUIO, Anne-Catherine *et al*, Improving the measurement of material deprivation at the European Union level, **Journal of European Social Policy**, v. 26, n. 3, p. 219–333, 2016.

IBGE, **Compendium of best practices in poverty measurement**, Rio de Janeiro: Expert Group on Poverty Statistics (Rio Group), 2006.

IBGE, **Desemprego chega a 14,4% no trimestre encerrado em agosto**, Agência de Notícias - IBGE, disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29321-desemprego-chega-a-14-4-no-trimestre-encerrado-em-agosto>>, acesso em: 6 nov. 2020.

LANAU, Alba; MACK, Joanna; NANDY, Shailen, Including services in multidimensional poverty measurement for SDGs: modifications to the consensual approach, **Journal of Poverty and Social Justice**, p. (Early access), 2020.

MACK, Joanna; LANSLEY, Stewart, **Poor Britain**, London; Boston: G. Allen & Unwin, 1985.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Guia alimentar para a população brasileira, n. 2, p. 158, 2014.

NANDY, Shailen; MAIN, Gill, Mobilizing critical research for preventing and eradicating poverty, **CROP**, p. 4, 2015.

NANDY, Shailen; GORDON, David, Policy relevant measurement of poverty in low, middle and high income countries, **Poverty and Inequality in Middle Income Countries. Policy Achievements, Political Obstacles**, 2015.

NOBLE, M.; RATCLIFFE, A.; WRIGHT, G., Conceptualizing, Defining and Measuring Poverty in South Africa - An Argument for a Consensual Approach, **Oxford: Centre for the Analysis of South African Social Policy**, 2004.

POMATI, Marco; NANDY, Shailen, Measuring multidimensional poverty according to national definitions: operationalising target 1.2 of the sustainable development goals, **Social Indicators Research**, v. 148, p. 105–126, 2020.

RODGERS, Gerry, El trabajo decente como una meta para la economía global, **Boletín Cinterfor**, v. 153, p. 20, 2002.



OLIVEIRA, Flávia U. de; NANDY, Shailen; FERNANDEZ, Gabriela F.; VECCHIO, Victor Del; ASSIS, Ana Elisa S. Q.; VEDOVATO, Luís Renato. O que os brasileiros pensam ser necessário para que se tenha um padrão de vida digno em seu país? Estudo piloto na cidade de São Paulo. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 4, p. 1-27, 2021.

SAUNDERS, Peter, **Down and out: poverty and exclusion in Australia**, Bristol, U.K. ; Portland, OR: Policy Press, 2011.

SMITH, Michael D.; KASSA, Woubet; WINTERS, Paul, Assessing food insecurity in Latin America and the Caribbean using FAO's Food Insecurity Experience Scale, **Food Policy**, v. 71, p. 48–61, 2017.

STANDING, Guy, De las Encuestas sobre la Seguridad de las Personas al índice de trabajo decente, **Revista Internacional del Trabajo**, v. 121, n. 4, p. 487–501, 2002.

TOWNSEND, Peter, **Poverty in the United Kingdom**, Harmondsworth: Penguin Books Ltd, 1979.

TOWNSEND, Peter, **The Concept of Poverty**, London: Heinemann, 1970.

WRIGHT, Gemma; NOBLE, Michael, Does Widespread Lack Undermine the Socially Perceived Necessities Approach to Defining Poverty? Evidence from South Africa, **Journal of Social Policy**, v. 42, n. 1, p. 147–165, 2013.



OLIVEIRA, Flávia U. de; NANDY, Shailen; FERNANDEZ, Gabriela F.; VECCHIO, Victor Del; ASSIS, Ana Elisa S. Q.; VEDOVATO, Luís Renato. O que os brasileiros pensam ser necessário para que se tenha um padrão de vida digno em seu país? Estudo piloto na cidade de São Paulo. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 4, p. 1-27, 2021.